

ENSINO DE RELAÇÕES RACIAIS: UMA ANÁLISE DOS CURSOS PRESENCIAIS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL

Cristian de Souza Silva ¹
Adílio Renê Almeida Miranda ²
Carolina Vaz dos Santos ³

RESUMO

O Parecer CNE/CP 3/2004 instituiu a obrigatoriedade do ensino das relações raciais nas instituições de ensino superior. Dessa forma, esta pesquisa objetivou analisar a inserção da discussão sobre relações raciais nos cursos presenciais de Administração Pública no Brasil. Foi realizada uma pesquisa que utilizou como método a pesquisa documental nas ementas das disciplinas ofertadas constantes nos projetos político pedagógicos desses cursos. Os dados buscaram apresentar a presença das disciplinas que abordam temas raciais nos cursos presenciais de Administração Pública e os conteúdos abordados nestas disciplinas. Os resultados desta pesquisa mostraram que de 35 projetos político pedagógicos analisados, apenas 51,42% ofertam disciplinas com conteúdos relacionados com a discussão sobre relações raciais. Verificou-se a predominância de cursos das instituições públicas. Acredita-se que, de certo modo, há maior preocupação das universidades públicas com problemas sociais, fornecendo ao aluno uma visão mais crítica quanto ao combate dos problemas sociais, principalmente, o racismo. A maioria destas disciplinas são eletivas (52%). Quanto aos conteúdos abordados, verificou-se que predominam as discussões sobre raça, etnia, negros, afrodescendentes, racismo, indígenas e cultura brasileira.

Palavras-chave: Administração Pública. Ensino de Relações Raciais. Ensino superior.

INTRODUÇÃO

A Lei 10.639/2003, seguida de suas regulamentações posteriores (por exemplo, o Parecer CNE/CP 3/2004), promoveram maior reconhecimento, identificação e valorização dos direitos da cultura negra no Brasil (REGIS; NERIS, 2019). Inicialmente, a lei 10.639/2003 instituiu a obrigatoriedade do ensino sobre a cultura e a história afro-brasileira nas escolas públicas e particulares do ensino fundamental e médio. Sua promulgação é resultado do esforço de um processo de lutas do movimento negro, que buscou igualdade nos direitos de acesso à educação, para sua história ser contada colocando o negro como seu principal ator social (PASSOS, 2014).

¹ Graduando do Curso de Administração Pública da Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG, christian_cj@live.com

² Doutor em Administração pela Universidade Federal de Lavras, UFLA, Professor do Programa de pós-graduação em Gestão Pública e Sociedade - PPGPS – UNIFAL-MG, adilioadm@yahoo.com.br

³ Graduanda do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Alfenas- UNIFAL-MG, carolina.santos@sou.unifal-mg.edu.br

Para cumprir essa lei, foram criadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira. Tais diretrizes contribuem para reafirmar as ações afirmativas em nossa sociedade, considerando que muitas pessoas desconhecem a história africana, como também a influência dela em nosso meio (WALTER, 2007).

Buscando abranger também o ensino superior, cujo objetivo foi colocar em pauta as questões raciais nas Instituições de Ensino Superior, foi instituído o Parecer CNE/CP 3/2004. Na resolução nº 1, de 17 de junho de 2004, é citado no art. 1º, primeiro parágrafo, em que as "Instituições de Ensino Superior incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes" (BRASIL, 2004, p. 1), evidenciando, assim, sua obrigatoriedade nas dinâmicas curriculares dos cursos superiores.

Carvalho (2018) afirma que a implantação dessa lei não acontece rapidamente. Nas universidades, ainda é um desafio que o assunto da cultura e história afro-brasileira seja abordado com sua seriedade no ensino superior, sendo necessárias mudanças estruturais nos cursos (REGIS; NERIS, 2019). Para que ocorram essas mudanças nas estruturas dos cursos, é preciso entender a importância e incentivo da pesquisa e ensino sobre as relações raciais no ensino superior, pois é essencial que se reconheça a participação e papel central do negro na formação social brasileira. Há muito a ser feito para expandir tanto o ensino quanto a pesquisa, qualificando os professores e pesquisadores em estudos étnico raciais.

O ensino sobre relações raciais e, de certa maneira, as pesquisas, são mais comuns na área das Ciências Humanas e Sociais, principalmente, nas Licenciaturas. No caso das Ciências Sociais Aplicadas, como a Administração Pública, o ensino de relações raciais é essencial, pois o administrador público atuará em questões que envolvem diretamente ou indiretamente as questões raciais.

Quanto ao ensino sobre relações raciais em cursos de Administração Pública, acredita-se que ainda seja bem tímido, afinal, são poucas, também, as pesquisas que relacionam a categoria raça à Administração Pública, conforme levantamento apresentado por Silva (2016). Uma pesquisa realizada no portal periódicos CAPES e no site da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD) realizada pelos pesquisadores deste trabalho, não encontrou nenhum tipo de levantamento que abordava o ensino sobre relações raciais em cursos de Administração Pública, o que justifica a realização desta pesquisa e evidencia sua originalidade e potencial de contribuição.

Assim, considerando que o ensino sobre relações raciais pode tanto contribuir para uma formação do Administrador Público mais condizente com as demandas sociais no que se refere ao enfrentamento do racismo, como incentivar novos pesquisadores e pesquisas sobre a questão racial, questiona-se: como a questão racial é inserida nos cursos de Administração Pública no Brasil? Dessa forma, esta pesquisa objetivou analisar a inserção da discussão sobre relações raciais nos cursos presenciais de Administração Pública no Brasil, a partir da análise das ementas das disciplinas ofertadas constantes nos projetos políticos pedagógicos desses cursos.

Para isso, foi realizada uma pesquisa documental nos projetos políticos pedagógicos dos cursos presenciais de Administração Pública do Brasil e nas suas ementas, observando quais deles oferecem disciplinas relacionadas à temática das Relações Raciais e quais são os conteúdos abordados.

O presente trabalho está dividido da seguinte forma: além desta introdução, no referencial teórico, será apresentada a importância de se estudar relações raciais, como também o seu ensino para a formação do administrador público, seguida da metodologia utilizada, os resultados da pesquisa mostrando a presença das disciplinas que abordam as relações raciais nos cursos de administração pública, e os conteúdos abordados nestas disciplinas, finalizando com as considerações finais.

O ENSINO SOBRE RELAÇÕES RACIAIS E A FORMAÇÃO DO ADMINISTRADOR PÚBLICO

Após vários estudos a partir da metade do século XX (que evidenciaram a presença do racismo no país e inúmeras desigualdades raciais de cunho educacional, social e econômico), como também das mobilizações dos Movimentos Negros lutando pela igualdade dos direitos, o Brasil reconheceu que há racismo na sua sociedade, e se comprometeu a realizar medidas para combater o preconceito racial, buscando criar oportunidades para a população negra, de maneira a promover a igualdade racial. Foram implementadas, assim, várias mudanças, uma delas na área educacional, com a Lei nº 10.369/2003, que instituiu como obrigatório o ensino da cultura afro-brasileira e africana nos ensinos fundamental e médio (CARVALHO, 2018).

É importante ressaltar que “as visões sobre a África no Brasil persistem carregadas de estereótipos e preconceitos” (CARVALHO, 2018, p. 7), portanto, deve-se evitar esse ensino na visão eurocentrista, pois o pouco conhecimento sobre a cultura afro-brasileira e africana se deve a todo um processo histórico de dominação cultural em que predominava o

eurocentrismo, nesse sentido, é necessário colocar o negro como ator principal em sua história (REGIS, NERIS, 2019).

Esta discussão chegou ao ensino superior por meio do Parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE), Conselho pleno (CP), em sua resolução nº1, de 17 de junho de 2004, em que foram instituídas as Diretrizes Curriculares Nacionais para o aprendizado das relações étnico-raciais e para o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira nas instituições de ensino superior. O objetivo dessas diretrizes foi fornecer direcionamentos para se desconstruir a ideologia eurocentrista e reconhecer as raízes culturais africanas e afro-brasileiras, ao lado das indígenas, asiáticas e europeias, valorizando suas identidades, em busca de consolidar a democracia brasileira (BRASIL, 2004). É citado nesse parecer, no art. 3, quarto parágrafo, que:

"Os sistemas de ensino incentivarão pesquisas sobre processos educativos orientados por valores, visões de mundo, conhecimentos afro-brasileiros, (...) com o objetivo de ampliação e fortalecimento de bases teóricas para a educação brasileira (BRASIL, 2004, p. 2)".

No contexto dos cursos de Administração Pública, cujas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) estão expressas no Parecer CNE/CES, resolução nº 1, de 13 de janeiro de 2014, embora não existam termos relacionados diretamente à questão racial, como raça, relações raciais, negros, índios, racismo, preconceito racial, discriminação racial, outros termos são usados nas DCNs que, sob nossa interpretação, possuem relação com a questão racial, especialmente em alguns artigos e parágrafos.

No Art. 4º, a resolução destaca como competências e habilidades do profissional:

- a) “reconhecer, definir e analisar os problemas de interesse público”,
- b) “apresentar soluções para problemas complexos”, c) “desenvolver consciência quanto às implicações éticas do exercício profissional”, d) “estar preparado para tomada de decisão e formulação de políticas, programas, planos e projetos públicos, além de desenvolver avaliações e análises críticas sobre a área pública” (BRASIL, 2014).

Assim, percebe-se a importância de se estudar relações raciais no curso de Administração Pública, pois o racismo estrutural e as desigualdades raciais presentes no país são problemas sociais, públicos, complexos, multi e interdisciplinares, que abrangem as

esferas governamentais, privadas, sociais e que demandam atuação direta e eficaz dos administradores públicos, quando ao seu combate.

No Art. 5 busca-se contemplar conteúdos dos projetos curriculares que abordem as perspectivas históricas, como as desigualdades existentes (inclusive a racial) e os desafios na diversidade regional e cultural, reafirmando assim o compromisso com o desenvolvimento nacional e com os valores públicos (BRASIL, 2014).

Neste mesmo artigo, são citados nos parágrafos I e II conteúdos para a formação básica do administrador público, como:

"I - conteúdos relacionados à característica multidisciplinar da área Pública, articulando conteúdos de Administração, de Ciências Contábeis, de Ciência Política, de Economia, de Direito e de Sociologia;

II - estudos antropológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, bem como os relacionados às tecnologias da comunicação e da informação;" (BRASIL, 2014, p. 2)

Vemos, assim, a necessidade de se estudar a relação entre raça e Administração Pública, pois quando diagnosticada a desigualdade racial na sociedade, o Estado deve intervir, a Administração Pública precisa assumir este papel com ações afirmativas, buscando uma sociedade cada vez mais democrática, livre de preconceito e, talvez, futuramente, livre da própria noção de diferentes raças (PECI; BRULON; CABRAL, 2018).

3 - METODOLOGIA

Esta pesquisa é de natureza descritiva, cuja análise foi a documental. De acordo com Moreira (2005), a análise documental compreende a identificação e apreciação de documentos para determinada finalidade. O objeto de análise, nesse método, é o documento. No caso desta pesquisa, foram analisados os documentos Projetos Político Pedagógico do Curso (PPCs) dos cursos de Administração Pública, que estão cadastrados no sistema e-mec. Ao todo neste sistema estavam cadastrados 48 cursos. A análise considerou apenas cursos presenciais, de instituições públicas e privadas. Foram descartados os cursos à distância, porque a maioria deles é oferecida pelo sistema CAPES/UAB, cuja estrutura e formatos são bastante semelhantes, seguindo uma estrutura própria do sistema UAB, o que poderia não

oferecer grande diversidade de conteúdos abordados sobre a questão racial, não viabilizando, também, grandes contribuições à pesquisa.

Os elementos analisados nos PPCs dos cursos foram as disciplinas das dinâmicas curriculares e suas respectivas ementas, no que se refere aos conteúdos abordados relacionados ao ensino sobre relações raciais. Assim, destacam-se algumas informações que foram coletadas e inseridas em uma planilha de Excel, para posterior análise: tipo de instituição – pública ou privada, estado de federação, tipo de disciplina – se obrigatória ou eletiva, termos usados nas ementas das disciplinas.

A priori, considerou-se, as disciplinas cujas ementas possuíam os seguintes termos: relações raciais, racismo, raça, negros, indígenas, preconceito racial, discriminação racial, desigualdade racial, igualdade racial, diversidade racial, afro-brasileiro, étnico-racial, minorias, desigualdades sociais, colonização brasileira, cultura brasileira, ações afirmativas, cotas. No entanto, outros termos apareceram durante a coleta.

Os resultados foram obtidos a partir dos Projetos Político Pedagógicos disponibilizados pelos sites das instituições, sendo encontradas 35. Os 13 PPCs restantes que não foram encontradas pelo site, foram solicitadas a partir dos e-mails enviados às coordenações e/ou secretarias responsáveis pelos cursos. Destes e-mails enviados, nenhum retornou contato disponibilizando os PPCs que faltavam. Com isso, 13 PPCs não foram encontrados, totalizando assim os 35 Projetos Político Pedagógicos analisados. Após a inserção das informações na planilha de Excel, foram utilizados filtros para contagem dos dados quantitativos (Ex.: quantidade de cursos de instituições públicas e de privadas) e análise do conteúdo das disciplinas e suas respectivas ementas, no que se refere às questões raciais.

4 - RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 - Presença de disciplinas que abordam as relações raciais nos cursos de Administração Pública

Aqui, faremos um recorte por região, considerando as instituições de ensino superior que possuem o curso de Administração Pública, comparando com os cursos que ofertam disciplinas com conteúdos relacionados às relações raciais, conforme a tabela 1.

Tabela 1: Cursos que ofertam disciplinas com conteúdo voltado para as relações raciais

Região	Quantidade	Cursos que ofertam disciplinas com conteúdo relacionado às relações raciais
Centro - Oeste	1	FGV EPPG
Nordeste	5	UFAL, UNIRB, UNILAB, UFCA, FATENE
Norte	1	UFAM
Sudeste	8	UFLA, EG, UNIRIO, FGV EAESP, UNIFAL, UFRRJ, UNESP, UFF
Sul	3	UFPR, UDESC, FACULDADE ESTÁCIO FLORIANÓPOLIS
Total	18	

Fonte: Dados da pesquisa.

De maneira geral, verificou-se que pouco mais da metade (51,42%) dos cursos da amostra da pesquisa, ofertam disciplinas com conteúdos voltados para as relações raciais. Podemos observar que nas regiões Centro-Oeste e Norte apenas 1 curso presencial de Administração Pública oferta disciplina com conteúdos relacionados com a questão racial em suas dinâmicas curriculares. A região sul apresentou em apenas 3 dos 6 PPCs consultados, enquanto as regiões Sudeste e Nordeste ofertam em 7 e 5, respectivamente.

O fato de não aparecer os conteúdos em disciplinas de alguns cursos, não quer dizer necessariamente que não esteja sendo falado, pois o assunto pode fazer parte de palestras, eventos científicos ou de extensão. Mas vale ressaltar a importância de se ter o Projeto Político Pedagógico formalizado, apresentando a reflexão do curso como um todo, mostrando a preocupação de colocar a discussão sobre relações raciais nas disciplinas.

A tabela, a seguir, nos apresenta uma divisão entre as universidades públicas com as privadas.

Tabela 2 - Cursos de Administração Pública que ofertam disciplinas com conteúdo voltado às relações raciais (Públicas x Privadas)

Categoria	Amostra da pesquisa	Quantidade de cursos que ofertam conteúdos	Instituições	Percentual
Pública	18	13	UFAL, UFLA, UFPR, EG, UNIRIO, UNILAB, UFCA, UNIFAL, UFRRJ, UNEAL	72,22%

Privada	18	5	FGV EAESP, FGV EPPG, FATENE	27,77%
Total	36	18		100%

Fonte: Dados da Pesquisa.

Podemos perceber que nas instituições públicas, 72,22% cursos da amostra da pesquisa ofertam alguma disciplina com a temática racial, enquanto nas instituições privadas apenas 27,77% ofertam. Essa predominância das instituições públicas pode ser explicada pelo maior compromisso e preocupação das universidades públicas com os problemas sociais, com a formação crítica e cidadã dos alunos, e maior engajamento social quanto ao enfrentamento dos problemas. Diferentemente, as instituições privadas tendem a ser mais voltadas para demandas do mercado ou mesmo para uma lógica de ensino que privilegia mais os elementos instrumentais da gestão pública.

A próxima tabela apresenta mais um recorte: as disciplinas com conteúdo voltado às relações raciais ofertadas nos cursos presenciais de Administração Pública analisadas a partir do tipo, quais sejam disciplinas eletivas e obrigatórias.

Tabela 4 - Disciplinas que ofertam conteúdos sobre relações raciais nos cursos de Administração Pública (Eletivas x Obrigatórias)				
	Inst. Públicas	Inst. Privadas	Quantidade (Geral)	Percentual (Geral)
Eletiva	13	0	13	52%
Obrigatória	7	5	12	48%
Total	20	5	25	100%

Fonte: Dados da Pesquisa

De modo geral, cursos de instituições públicas ofertam mais disciplinas (80%) que os das instituições privadas. Vale destacar algumas universidades públicas que ofertam mais de uma disciplina com a temática das relações étnico-raciais, como, por exemplo, a UNILAB-CE (Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira) que oferta uma disciplina obrigatória (Sociedades, diferenças e direitos humanos nos espaços lusófonos), e duas disciplinas eletivas (Políticas públicas e sociedade; Relações de gênero e étnico-raciais nas organizações). A UFAL-AL (Universidade Federal de Alagoas) oferta duas disciplinas eletivas (Relações étnico-raciais e de gênero; Estudos críticos de gestão) e uma obrigatória (Políticas públicas). A UFLA-MG (Universidade Federal de Lavras) também oferta duas disciplinas eletivas (Relações de gênero no mundo do trabalho; Cultura indígena e afro-

brasileira) e uma obrigatória (Marcadores Sociais da Diferença e Interseccionalidades). A UNIFAL-MG (Universidade Federal de Alfenas) oferta duas disciplinas com conteúdo voltado às relações raciais, sendo uma eletiva (Relações raciais no Brasil) e uma obrigatória (Ética na Administração Pública), enquanto a UFCA-CE (Universidade Federal do Cariri), oferta duas disciplinas eletivas (Relações étnico-raciais e africanidades; Organizações, gênero e raça). Por outro lado, é importante citar as instituições privadas que também ofertam em seus cursos presenciais de Administração Pública as disciplinas com conteúdo relacionado às relações raciais, como é o caso da FGV EAESP (Fundação Getúlio Vargas – Escola de Administração de Empresas de São Paulo), que oferta uma disciplina obrigatória (Representação e Sociedade: cinema e literatura) e da Faculdade Estácio de Florianópolis, como a disciplina obrigatória “História dos povos indígenas e afrodescendentes”.

4.2 - Conteúdos abordados nas disciplinas sobre relações raciais

Neste tópico, iremos direcionar os resultados da pesquisa aos termos que mais apareceram nas ementas dos PPCs pesquisados. Serão apontadas a quantidade de ementas em que estes termos aparecem, e a quantidade de vezes que estas palavras são utilizadas. Importante destacar que a pesquisa apresentou muitos termos diversos com significado semelhante, por isso, foram agrupados em um termo mais geral. Por exemplo, o termo “raça” incorpora termos como “racial”, “raça” e “igualdade racial”; o termo “etnia” incorpora os termos “etnia”, “étnico” e “etnicorracial”. Por isso, a quantidade de citações do termo é bem superior à quantidade de ementas em que aparece o termo.

Tabela 5 - Termos presentes nas ementas das disciplinas que ofertam temáticas raciais		
Termos	Quantidade de ementas que em que aparece este termo	Quantidades de citações deste termo
"Raça"	13 Ementas	24
"Etnia"	8 Ementas	10
"Negro"	5 Ementas	5
"Afro"	6 Ementas	10
"Racismo"	3 Ementas	4
"Indígena"	3 Ementas	6
"Discriminação Racial"	1 Ementa	1
"Cultura brasileira"	5 Ementas	7

"Desigualdade"	4 Ementas	4
"Colonização brasileira"	2 Ementas	2
"Ações Afirmativas"	1 Ementa	1

Fonte: Dados da pesquisa

Vale ressaltar que dos 8 principais termos mais citados nas ementas, resultaram no total de 62 termos. Com isso, as expressões: racial, raça e igualdade racial estão ligados ao termo "raça"; as expressões relacionadas a "etnia" são: étnico, etnia e etnicorracial. Foram identificados também, expressões voltadas ao termo "negro" como: negritude, movimentos sociais negros, feminismo negro e negro; quanto ao termo "afro", as expressões África, africanidade, afro brasileiro, afro, pan-africanista e africanos. E com o termo "racismo", as expressões racismo, racismo institucional, mestiço e mestiçagem. O termo "indígena" foi citado igualmente nas ementas.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora as leis e regulamentações estejam a favor da maior inserção da historicidade negra no meio educacional, ainda há muito a ser feito para que os resultados sejam mais efetivos. Os resultados desta pesquisa mostraram que de 35 projetos político pedagógicos analisados, apenas 51,42% ofertam disciplinas com conteúdos relacionados com a discussão sobre relações raciais.

Quanto à predominância das instituições públicas, acredita-se que, de certo modo, há maior preocupação das universidades públicas com problemas sociais, fornecendo ao aluno uma visão mais crítica quanto ao combate dos problemas sociais, principalmente, o racismo. Apenas 5 instituições privadas oferecem alguma disciplina voltada à discussão racial.

A maioria destas disciplinas são eletivas (52%), o que significa que é opcional ao aluno cursar. Vale ressaltar a importância de se valorizar esta discussão para todos os alunos, sendo necessário a inserção das disciplinas voltadas às discussões raciais como obrigatórias. Universidades públicas como UNILAB-CE (Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira), UFAL-AL (Universidade Federal de Alagoas), UFLA-MG (Universidade Federal de Lavras) e UNIFAL-MG (Universidade Federal de Alfenas) se destacam pois, além de ofertar disciplinas obrigatórias com temáticas raciais, ofertam também

em seus cursos de Administração Pública mais de uma disciplina com esta discussão, sendo neste caso, eletivas.

Quanto aos conteúdos abordados, verificou-se que predominam as discussões sobre raça, etnia, negros, afrodescendentes, racismo, indígenas e cultura brasileira.

Buscou-se neste trabalho ressaltar a importância sobre os ensinamentos voltados à discussão sobre a temática racial, pois quanto maior o ensino sobre relações raciais no ensino superior, teremos mais impactos positivos no sentido de incentivar os alunos a se interessarem sobre a discussão, levando-os a realizar pesquisas com discussões raciais. Sendo assim, é necessário dar maior visibilidade aos trabalhos que relacionam raça à Administração Pública. É importante também o ensino voltado à temática racial para a formação do administrador público, pois as desigualdades raciais e o racismo estrutural são problemas presentes e enraizados em nossa sociedade, para que o mesmo possa atuar diretamente em casos que envolvam questões raciais em seu cotidiano.

6 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, G. S.; BARBOSA, A. S. O ensino de cultura africana no ensino superior na cidade de Jequié-BA. **Veredas da História**, Jequié, n. 1, p. 126-136, out. 2014.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução Nº 1, de 17 DE Junho de 2004. **Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, Jun. 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução Nº 1, de 13 DE Janeiro de 2014. **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, e dá outras providências**. Brasília, Jan. 2014.

CARVALHO, M. P. LICENCIATURA EM ESTUDOS AFRICANOS E AFRO-BRASILEIROS DA UFMA: ações afirmativas para a democratização do saber. **Kwanissa**, São Luís, n. 1, p. 5-23, jan./jun. 2018.

PASSOS, J. C. AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NAS LICENCIATURAS: O QUE DIZEM OS CURRÍCULOS ANUNCIADOS. **POIÉSIS – REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – MESTRADO – UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA**, Tubarão, n. 13, p. 172-188, jan./jun. 2014.

PECI, A.; BRULON, V.; CABRAL, A. D. A Questão Racial na Administração Pública: Promovendo a Exploração ou a Igualdade Racial? **EnANPAD 2018**, Curitiba, 03 a 06 out. 2018.

REGIS, K. E.; NERIS, C. S. C. LICENCIATURA EM ESTUDOS AFRICANOS E AFRO-BRASILEIROS: FORMAÇÃO DE PROFESSORES/AS EM DIREÇÃO À CONSTRUÇÃO DA JUSTIÇA CURRICULAR. **e-Curriculum**, São Paulo, n. 3, p. 990-1014, jul./set. 2019.

Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.23925/1809-3876.2019v17i3p990-1014>>. Acesso em 26 mar. 2020.

SILVA, T. D. Administração Pública e Relações Raciais: uma Análise da Produção Científica entre 2011 e 2016. **VII Encontro de Administração Pública e Governança**, São Paulo, 20 a 22 nov. 2016.

WALTER, S. K. **Relações Étnico-Raciais na Escola**, Paraná, 2007. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1410-8.pdf>>. Acesso em 01 abr. 2020.